

Título	Transparência zero em energia
Veículo	DCI
Data	12 Ago 2008
Autor	Claudio J. D. Sales



Em janeiro, o risco de decretar um racionamento ultrapassou os 22%, nível altíssimo para os padrões aceitáveis, de 5%.

Os brasileiros acabam de assumir mais de R\$ 1 bilhão nas suas contas de eletricidade por uma decisão governamental baseada no argumento de que "isto é muito pouco em vista da segurança que traz". Preocupam, além da falta de transparência, o abandono dos critérios técnicos desenvolvidos ao longo de décadas e, principalmente, o sinal de "carta branca" para futuras ações arbitrárias que envolvem problemas estruturais que deveriam ser resolvidos, e não politizados.

Em 23 de janeiro, o risco de decretar um racionamento de energia - já em 2008 - ultrapassou 22%, nível altíssimo para os padrões aceitáveis, de 5%. Este diagnóstico foi feito na 4ª edição do Programa Energia Transparente. Como se poderia esperar, publicamente os representantes governamentais rechaçaram fortemente esta conclusão, argumentando que havia "alarmismo".

Mas, a portas fechadas, as ações do governo contradisseram o discurso: adotou-se uma atitude alarmista sem informar a sociedade, que aliás foi quem pagou a conta deste "Projeto Transparência Zero".

O Setor Elétrico Brasileiro atende a 97% da população e é muito complexo. Para operá-lo de forma a otimizar custos e aumentar a segurança de abastecimento, existe o Operador Nacional do Sistema (ONS). Este órgão sempre funcionou com base em modelos computacionais bem conhecidos e que seguiam uma lógica econômica batizada de "ordem de mérito", que estabelece que usinas mais baratas devem funcionar antes das mais caras.

Mas como a situação dos reservatórios hidroelétricos ao final de dezembro de 2007 apontava elevado risco de racionamento (o que geraria altíssimo custo político), o governo literalmente sepultou décadas de procedimentos técnicos e passou a operar fora das regras históricas do ONS, desrespeitando a lógica econômica. Para fazê-lo, o governo promulgou no dia 20 de dezembro a Resolução nº 8 do CNPE.

Esta resolução autorizava que "extraordinariamente" a operação fosse feita fora da "ordem de mérito" acima explicada, por uma decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), grupo formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras de energia elétrica e petróleo, e órgãos setoriais como EPE, CCEE e ONS. Ou seja, passou a ser possível que usinas mais caras fossem operadas antes de usinas mais baratas. O documento também definia que o custo adicional desta operação seria pago (surpresa!) pelos consumidores via encargo embutido na conta de luz. Mas a mesma resolução rezava que a decisão deveria ser respaldada em estudo do ONS - estudo que não foi divulgado.

A consequência foi que, a custo de R\$ 1 bilhão, as caríssimas usinas movidas a óleo diesel e óleo combustível foram operadas como nunca antes na história deste país. Para referência do leitor, térmicas a óleo diesel custam R\$ 560 por MWh, enquanto hidroelétricas e térmicas

a gás natural operam a R\$ 120 e R\$ 150 por MWh, respectivamente. Como resultado dessa ação e da forte retomada das chuvas após a segunda quinzena de janeiro, os reservatórios hidroelétricos foram poupados e o risco de racionamento em 2008 foi afastado.

Em primeiro lugar, comemore-se o fato de que não tivemos racionamento em 2008. O racionamento de 2001 destruiu bilhões de reais para nossa economia, sacrificou os cidadãos e pôs o setor elétrico em crise. Não queremos repetir esta experiência.

Mas, aprendidas as lições de 2001, o argumento recorrente de que o custo deste "bilhãozinho" é muito menor que o custo de um racionamento não pode mais ser aceito passivamente pela sociedade. O mundo inteiro sabe que qualquer custo é menor do que o da falta de energia. Este raciocínio dá espaço para qualquer ação, por mais ineficiente que ela seja. Afinal, para que um "Planejador Central" se a saída diante de crises é queimar óleo?

Não havia alternativa mais barata para evitar o racionamento em 2008? Era necessário operar tantas térmicas ineficientes, por tanto tempo? Com base em quais critérios tudo isso foi decidido? Assusta pensar que talvez estejamos caminhando para um setor com decisões discricionárias, com a gradual transformação do CMSE num "ONS do B".

A situação de alto risco de racionamento em janeiro é explicada pelo déficit estrutural entre a oferta e a demanda de energia, déficit este negado pelo governo. Caso as vazões de junho a dezembro de 2007 se repitam em 2008, os reservatórios hidroelétricos chegarão a 42% de sua capacidade em dezembro de 2008, nível inferior aos 44% de dezembro de 2007. Continuaremos monitorando a real situação de oferta de energia e acompanhando as decisões e ações do governo para que o consumidor pare de arcar com a ineficiência e os custos das decisões de gabinetes. O Projeto Transparência Zero precisa ser interrompido.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, entidade que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro